



# CONSIDERAÇÕES SOBRE A BANANICULTURA NA SERRA DE MARANGUAPE (MARANGUAPE, CEARÁ) E A PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS BANANICULTORES

Daniel Cassiano Lima<sup>1</sup>, Paulo Cascon<sup>2</sup>.

1-Universidade Estadual do Ceará, dancassiano@yahoo.com.br; 2-Universidade Federal do Ceará.

## INTRODUÇÃO

A Serra de Maranguape localiza-se a 25 km de Fortaleza, sendo fonte de parte dos produtos agrícolas comercializados na capital. Sua utilização agrícola se iniciou entre o final e início dos séculos XVIII e XIX, com cultivo de café e laranja, levando à derrubada de matas à medida que a produção aumentava. Com a decadência do café na década de 1920, a cultura da banana passa a substituir o café, ocupando os mesmos espaços, porém com uma maior retirada da vegetação (ARRUDA, 2001).

O plantio desordenado e não planejado de bananeiras na serra de Maranguape parece ser a causa de problemas como deslizamentos, assoreamentos e inundações dos riachos Pirapora, Gavião e Tangueira e perda da fertilidade do solo, diminuição da biodiversidade e ainda a morte de pelo menos oito pessoas no ano de 1974 (IPT, 1975). Segundo Souza (1999), tal prática deve ser desestimulada, ao mesmo tempo em que práticas conservacionistas devem ser adotadas. O mesmo é proposto por Ceará (2002).

Na relação tradicional entre sociedade e natureza, o homem e o meio ambiente são considerados como antagonísticos (BERNARDES & FERREIRA, 2003). Entretanto sabe-se que nos diversos segmentos da sociedade existe a consciência da necessidade de superação dos problemas ambientais. Guimarães (2000) explica que com base neste argumento espera-se muito da Educação Ambiental, conhecida como um dos pilares do Desenvolvimento Sustentável.

Este trabalho tem o objetivo de trazer dados sobre o problema da bananicultura na Serra de Maranguape, correlacionando-o com o pensamento dos bananicultores em relação ao ambiente circundante e sua atividade de trabalho.

## MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho foi realizado entre os meses de abril de 2003 e janeiro de 2004, entre os sítios produto-

res de banana na Serra de Maranguape, paralelamente a um trabalho de levantamento dos impactos ambientais da bananicultura sobre a biodiversidade da serra.

Foram aplicados aos bananicultores questionários presenciais e objetivos, que requeriam respostas simples, como proposto por Hammes (2004). Seguindo a orientação de Ditt (2003), o questionário apresentava questões que não se restringiam apenas ao problema da pesquisa, mas incluía assuntos relativos à qualidade de vida dos trabalhadores que podem auxiliar no aumento do conhecimento da bananicultura na serra. O questionário foi aplicado de forma aleatória apenas aos bananicultores, totalizando dez entrevistados, excluindo-se assim atravessadores e vendedores do produto nas feiras do município.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Todos os entrevistados são do sexo masculino, com idade variando entre 29 e 74 anos e um número de filhos que varia entre 1 e 27. Apenas 30% deles possuem emprego com carteira de trabalho assinada, entretanto não trabalham somente com a banana, pois são responsáveis por cuidar de grandes propriedades, exercendo a função de caseiros e zeladores dos sítios em que moram.

Todos trabalham em atividades paralelas, envolvidas com cultivo de outros alimentos, ou mesmo alugando animais de carga para transporte de material entre os sítios da serra. Apenas um dos entrevistados nunca trabalhou fora da agricultura. 80% dos bananicultores trabalha e mora na serra há mais de 10 anos.

Nenhum dos entrevistados afirmou utilizar agrotóxicos em seus cultivos. Entretanto um deles narra que quando mais jovem era obrigado a borrifar agrotóxicos nas plantações de um patrão, sem o uso de máscaras ou qualquer equipamento de proteção. Chega a narrar ainda que o tanque do pulverizador chegava a vazar, molhando suas costas.

Com relação aos problemas de saúde, 50% afirmaram não possuir doença alguma, enquanto os outros queixam-se de diabetes e principalmente de fortes dores de coluna e adormecimento das pernas, que algumas vezes os impede de trabalhar.

Ao serem indagados sobre o que fariam caso estivessem desempregados, 80% afirmaram que procurariam trabalho na cidade, ou “fazer algum bico”. Somente 20% admitiram que a situação poderia forçá-los a caçar ou coletar plantas como orquídeas e bromélias para vender. Com relação ao sustento da família, perguntou-se se apenas a bananicultura rendia o suficiente para tal. Apenas 30% afirmaram positivamente, enquanto que os demais 70% deixaram claro a necessidade de atividades complementares. Um destes afirmou com relação ao assunto: “antes dava, mas a banana desvalorizou!”

Foi questionado o entendimento do homem sobre o significado da APA da serra. Percorrendo as trilhas pode-se observar o verdadeiro estrago que o homem causa no ecossistema. Metade dos bananicultores entrevistados sabia que trabalhavam dentro de uma APA e pareciam entender o que era permitido ser feito dentro da área. Os outros 50% nada sabiam a respeito da APA local. Apesar disso, pode-se perceber somente na estrada que liga o Cascatinha Clube de Serra à Pousada Encanto da Serra, exatamente 25 placas sinalizadoras da presença da APA na serra em lugares estratégicos e de boa visualização na estrada. Deve ser enfatizado que 80% dos bananicultores que não sabiam a respeito da APA, nunca estudaram em escolas, sabendo apenas escrever o próprio nome ou realizar operações matemáticas simples. Para eles, as placas não têm significado algum. Entretanto mesmo sem muitos estudos demonstram certo conhecimento dos problemas ambientais e das formas de evitá-los. Já os visitantes esporádicos, em boa parte moradores de Fortaleza, que visitam o local em excursões particulares, e parecem possuir mais condições de estudo parecem ser os principais responsáveis pela maior parte da degradação local, principalmente pelo problema do lixo, retirada de animais e plantas e mau uso dos recursos hídricos, mesmo sendo avisados pelas placas sinalizadoras.

O Programa de Educação Ambiental do Ceará (CE-ARÁ, 2003) tem reconhecido que a simples criação de APAs no Estado não são medidas suficientes para a conservação de áreas importantes, pois muitas delas têm permanecido sem demarcação, carecendo de um sistema de gestão guiado pelas propostas de seus zoneamentos. Esta realidade

aplica-se a todas as serras cearenses acarretando em grandes problemas para tais locais.

O mau uso das Áreas de Preservação Permanente (APPs) (encostas e matas ciliares) na Serra de Maranguape tem acarretado vários problemas, sendo o “derretido” (solifluxão) de 1974 o mais conhecido na região. IPT (1975) diz que provavelmente os bananais que avançaram rumo às encostas podem ter sido os responsáveis pelo “derretido”. Características como as raízes curtas e finas das bananeiras, a disposição das folhas como canaleta e a exposição do solo pelo desmatamento podem ocasionar os desabamentos, sobretudo nos meses chuvosos (ARRUDA, 2001).

Com relação aos fatos relacionados aos “derretidos”, apenas 40% dos bananicultores afirmaram ter alguma preocupação com eles. Os demais afirmaram que não se preocupavam ou eram indiferentes aos acontecimentos. Vale ressaltar que os que demonstraram preocupação com o assunto eram pessoas ligadas por laços familiares ou amizades com alguns que foram vitimados no acontecimento de 1974. 70% dos entrevistados afirmam que tais fenômenos são bastante comuns, embora em proporções muito mais brandas que o ocorrido em 1974. Os outros 30% não sabem ou não ouviram falar sobre o assunto nos últimos anos. Ainda com relação ao assunto, 70% dos entrevistados consideraram o desmatamento como o desencadeador do processo, e identificam como a única maneira de se evitar o problema, o plantio de árvores nos locais desmatados. Outros 20% afirmaram não saber o que pudesse ser feito, e uma única pessoa respondeu que nada evita um derretido.

As APPs são então estabelecidas como regiões de preservação dos recursos hídricos, estabilidade geológica, biodiversidade, e segurança do próprio homem, entretanto o próprio bananicultor encara as leis ambientais apenas como mais uma proibição infundada de suas atividades. As bananeiras requerem boa quantidade de água para uma melhor produção (MOURA et al, 2002) e por isso, boa parte dos bananais na serra de Maranguape podem ser encontrados às margens dos corpos d’água, pois possuem água em abundância. Assim, a mata ciliar original é retirada, dando lugar às bananeiras, ocasionando perdas e instabilidade do solo e ocasionando a alteração da biota local, pois favorece o crescimento de plantas heliófitas, e a vegetação retirada certamente era utilizada como local de abrigo e reprodução por animais.

Apenas 60% dos entrevistados afirmaram que as bananeiras plantadas às margens de rios e riachos não prejudicam a existência deles. Dois dos entre-

vistados inclusive afirmaram o seguinte: “a bananeira é uma planta que não prejudica nada” e “faz sombra, é boa para o rio”. 70% afirmaram ainda que a água para beber é um recurso natural que nunca acaba, enquanto os outros 30% associavam o desmatamento, as secas e a poluição ao possível fim da água potável. É interessante perceber que ao mesmo tempo em que 60% dos bananicultores defende a instalação dos bananais nas margens dos corpos d’água, 90% entendem que as margens não devem ser desmatadas. Somente 10% se posicionaram dizendo que a mata ciliar não deve ser mantida por atrair mosquitos.

Surge então um questionamento: Se tais APPs já foram bastante alteradas, deveriam ser simplesmente abandonadas para que a natureza se reestruture através da sucessão secundária, ou pode-se aproveitar esses espaços com outras formas de manejo que venham a diminuir os riscos de danos ambientais ao mesmo tempo em que se interage com a população local promovendo uma forma de educação ambiental não-formal como proposto pela Política Nacional de Educação Ambiental?

Com relação ao cultivo nas matas, 70% dos entrevistados afirmaram já ter ouvido falar da possibilidade de se conciliar as plantações com as matas nativas, inclusive mencionando práticas muito parecidas com as agroflorestas. Um deles afirmou saber a respeito dessa forma de cultivo, entretanto ressaltou que desconhece a viabilidade de tal prática com bananeiras. Tais práticas poderiam ser incentivadas nas serras com o objetivo de estabilizar as APPs, enquanto permitem aos bananicultores a diversificação de sua produção, bem como a utilização de espécies vegetais nativas, de modo que gradualmente o cultivo de bananeiras nas áreas de risco seja gradualmente reduzido ou diminuído a ponto de não mais apresentar problemas ambientais (VIVAN, 2002).

## CONCLUSÕES

Embora a vegetação nativa da serra de Maranguape seja protegida pela legislação ambiental por constituir uma APA e por ser um remanescente de Mata Atlântica, as diretrizes propostas para a área pelo zoneamento ambiental apresentam dificuldades em serem cumpridas.

A bananicultura está presente na serra como cultivo predominante, podendo ocasionar diversos impactos ambientais. Em muitos casos está instalada em APPs, onde não deveriam estar.

A bananicultura é uma importante fonte de renda para muitas famílias do local, embora geralmente não seja a única. Formas de cultivo alternativo deveriam ser estudadas e propostas para o local.

Deveria ser colocada em prática a educação ambiental não somente nas escolas, mas também entre os bananicultores adultos, que em sua maioria, não tiveram a oportunidade de frequentar escolas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUDA, L. V. Serra de Maranguape - CE, Ecodinâmica da paisagem e implicações socioambientais. Fortaleza, UFC, 2001. 162 pp. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). PRODEMA. Universidade Federal do Ceará, 2001.
- BERNARDES, J. A.; FERREIRA, F. P. M. Sociedade e natureza. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. A questão ambiental: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CEARÁ. Zoneamento ambiental e plano de manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra de Maranguape (CE). Fortaleza: SEMACE, 2002.
- CEARÁ. Programa de educação ambiental do Ceará. 2 ed. Fortaleza: SEMACE, 2003.
- DIDT, E. H. et al. Entrevistas e aplicação de questionários em trabalhos de conservação. In: CULLEN JR, L; RUDRAN, R; VALLADARES PADUA, C. (Org.). Métodos de estudo em biologia da conservação e manejo da vida selvagem. Curitiba: UFPR, 2003.
- GUIMARÃES, M. Educação ambiental: no consenso um embate? São paulo: Papyrus, 2000.
- HAMMES, V. S. Coleta, ordenação e processamento de dados. In: HAMMES, V. S. (Ed. Téc.). Proposta metodológica de macroeducação. São Paulo: Globo; Embrapa, 2004.
- IPT - INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS. Estudo preventivo e corretivo dos movimentos coletivos de solo e rocha na Serra de Maranguape-Ce: Relatório Técnico - Fase de diagnóstico. São Paulo. Vol 01. 1975.
- SOUZA, M. J. N. Zoneamento ambiental e plano de gestão da APA da Serra de Maranguape - CE. Fortaleza: SEMACE, 1999.
- VIVAN, J. L. Bananicultura em sistemas agroflorestais no litoral norte do RS. Agroecol. E Desenv. Rur. Sustent. 3(2):17-26, 2002.